



ASSENTAMENTOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: O CASO DO ASSENTAMENTO PADRE JÉSUS EM ESPERA FELIZ – MG

Aline da Fonseca Sá e Silveira¹
Douglas Junior Oliveira de Amorim²
Rodrigo Corrêa Nascimento³

RESUMO O artigo que aqui se inicia tem como objeto de análise o Assentamento Padre Jesus, localizado na cidade de Espera Feliz, Minas Gerais, e suas particularidades no âmbito da reforma agrária brasileira. Portanto, o objetivo do presente proposto é analisar os impactos na vida e no bem estar dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a partir da perspectiva da reterritorialização das famílias envolvidas. Para tanto, buscou-se compreender a reconstrução do sentido de território para as famílias assentadas e analisar como a experiência e a imaginação coletiva se apropriaram do novo território (substrato-material), a partir dos modos de manejo e da troca de saberes das diferentes famílias. A problemática desta pesquisa se fundamenta sobre a situação socioeconômica precária dos beneficiários do PNCF, antes do seu assentamento. A partir da pesquisa realizada com as famílias beneficiadas, acredita-se que se pôde observar a melhora da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, bem como a construção do sentimento de pertencimento ao território, das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e suas diferentes territorialidades.

Palavras-chave: Assentamento Padre Jesus; Reterritorialização em Assentamento Rural; Crédito Fundiário; Espera Feliz.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou analisar o perfil das famílias do assentamento Padre Jesus localizado na região da Zona da Mata, Espera Feliz – MG, a fim de compreender como viviam as famílias contempladas antes do assentamento e como vivem, atualmente, após a conquista de seus lotes de terra. É válido dizer que sua constituição só foi possível por meio de muitas lutas das famílias assentadas e com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para tanto, objetivou-se nesta pesquisa analisar, sob a ótica dos assentados, quais foram as melhorias obtidas, no que tange a qualidade de vida dessas famílias,

¹ Doutora em Geografia (PPGEO/UERJ) e professora do curso de Geografia da UEMG.

² Graduando em Geografia pela UEMG.

³ Graduado em Geografia pela UEMG.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

assim como avaliar o seu processo de reterritorialização, tendo como objetivo específico compreender a reconstrução do sentido de território para os assentados e compreendendo como a experiência e a imaginação coletiva se apropriaram do novo território (enquanto substrato-material), a partir dos modos de manejo e da troca de saberes prévios das diferentes famílias.

Para alcançar os objetivos supracitados recorreu-se ao método Fenomenológico, pois ele permite compreender o território como um local de experiência humana, libertação e fortalecimento das famílias assentadas, sendo existencial e também uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade. Portanto, o caminho a ser percorrido foi àquele constituído através de revisão bibliográfica da temática e do trabalho de campo, no qual foram gravadas entrevistas não estruturadas.

As primeiras considerações constatadas na pesquisa mostrou que as terras nas quais hoje se assentam as famílias, pertenciam a um único dono, o Sr. Osvaldo Fortunato. A área total da antiga propriedade, atual assentamento, compreende 122 hectares de terra que, por sua vez, estavam totalmente improdutivas. De acordo com o antigo dono, o que explica tal condição foi que o mesmo não gozava de uma situação financeira que o permitisse investir em sua produção e, como agravante, prefigurava uma dívida que o proprietário havia contraído com o Banco do Brasil e, assim, suas terras ficaram como garantia de pagamento e teriam que ser vendidas para que fosse possível quitar o débito.

Neste íterim, entre a necessidade do pagamento da dívida e as demandas das famílias sem-terra, houve, ao longo do processo de compra, várias reuniões entre as famílias interessadas na propriedade, o antigo proprietário da fazenda e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz – MG, a fim de formar um assentamento rural que contemplasse as famílias locais. Em 2010, o processo de compra foi concretizado através do PNCF.

Atualmente, residem 20 famílias de trabalhadores rurais, cujas histórias são muito distintas, mas que, devido à possibilidade de passarem a ser os donos de suas próprias terras, uniram-se com a proposta de buscar uma melhoria na qualidade de



vida, de se responsabilizarem pelas tomadas de decisão em grupo, de se estabelecerem em comunidade e, enfim, se reterritorializarem, sentindo-se pertencentes àquele território e grupo.

A escolha desse tema se faz justificável por se entender que os estudos referentes aos assentamentos realizados através de programas de crédito governamentais (PNCF), apresentam-se como uma alternativa mais palatável do governo federal à realização da reforma agrária no país.

2 Os movimentos sociais do campo e a questão da terra durante o século XX

Durante a década de 1960 foi possível constatar maiores debates acerca da reforma agrária no Brasil incentivados, principalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e os economistas conservadores da USP (MEDEIROS, 2013). No *front* das lutas sociais no campo, destaca-se a participação dos setores reformistas da Igreja Católica que atuaram na formação sindical no campo e também na legitimação da ideia de propriedade fundiária com base no princípio da função social (NASCIMENTO, 2009, p. 101).

As noções de organização sindical e social no campo e a ausência de leis que amparassem os trabalhadores rurais foram o estopim para o surgimento de movimentos que reivindicassem esse direito, como é o caso das Ligas Camponesas, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (MEDEIROS, 2013).

As Ligas Camponesas ficaram conhecidas em âmbito nacional a partir do ano de 1954 e perduraram por uma década, quando foram, então, reprimidas pelo governo militar. O enfraquecimento das Ligas se deu devido às tensões políticas existentes entre o socialismo e o capitalismo, os militares se aproveitaram do receio popular de que o Brasil pudesse se tornar um país socialista e utilizou-se dessa artimanha para chegar ao poder por meio do golpe militar de 1964 e, com isso, as principais lideranças camponesas foram perseguidas, alguns foram mortos, outros presos e poucos conseguiram fugir. Dessa forma, houve o enfraquecimento e,



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

posteriormente, a desarticulação das Ligas Camponesas (MOTTA; ESTEVES, 2009).

Os militares, assim que tomaram o poder, estabeleceram as primeiras diretrizes no que tange à elaboração de um plano voltado para a constituição da reforma agrária no país, mediante o Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 1964. Foram criados também o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). “O período de existência dos dois órgãos promotores da contrarreforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros” (OLIVEIRA, 2007, p. 122). Entre as estratégias elaboradas pelos militares estavam os incentivos fiscais para que as empresas desenvolvessem projetos agropecuários e os incentivos à colonização da Amazônia, porém esses planos não obtiveram êxito (MEDEIROS, 2013).

Em contrapartida, pode-se dizer que os militares favoreceram aos grandes proprietários de terra por meio da implantação de técnicas provenientes da primeira onda da Revolução Verde no país. Segundo Medeiros (2013), houve nesse período o estreitamento dos laços entre a indústria e a agricultura, essa última teve suas bases técnicas de produção modificadas para atender as demandas industriais, conforme o trecho abaixo:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu à taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora” (PALMEIRA 1989, p.87).

Os militares acreditavam que a introdução de técnicas agrícolas oriundas da Revolução Verde faria com que o país mantivesse o mesmo nível de produção no campo, porém com um número menor de trabalhadores. Em contrapartida, essa mão de obra excedente serviria para alimentar o setor industrial conforme dissertou Alves (2013, p. 52):



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Ao longo do processo de industrialização, a força de trabalho que estava concentrada no campo transferiu-se para a indústria. Desse modo, a agricultura tem de aumentar sua produtividade por trabalhador, a fim de poder fornecer para as cidades parte da mão de obra que utilizava.

Nesse sentido, pode-se dizer que o golpe militar de 1964 significou a desarticulação de alguns movimentos sociais do campo e o abafamento do ideário de reforma agrária do cenário político brasileiro, visto que os governos militares sempre se apoiaram e obtiveram contribuição das grandes elites latifundiárias (MEDEIROS, 2013).

Após o fim do governo militar e o retorno da democracia – ainda que por meio de eleições indiretas – ocorrido em 1985, houveram diversas lutas e movimentos sociais engajados pela reforma agrária no país e, por isso, o tema voltou à tona por meio do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o novo Plano Nacional de Reforma Agrária. A principal meta era contemplar 1,4 milhão de famílias, destinando aos assentamentos rurais cerca de 43 milhões de hectares de terras, mas o plano fracassou e apenas 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares foram favorecidas. Mediante ao fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária, os agricultores encontraram nas ocupações uma maneira de lutarem pela terra (INCRA, 2017).

3 Formação de Assentamentos Rurais e o processo de reterritorialização

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo início da industrialização brasileira e o surgimento da burguesia industrial, todavia essa classe emergente era dependente da oligarquia rural, mais precisamente dos produtores de café e açúcar que faziam fortunas quando tais produtos estavam no auge das exportações (MEDEIROS, 2013).

O modelo industrial implantado no Brasil dependia dos proventos das exportações dos produtos agrícolas aliado aos empréstimos adquiridos por meio do capital estrangeiro. Priorizava-se, neste momento histórico, a formação de grandes latifúndios. Portanto, as terras brasileiras concentraram-se historicamente na mão de poucos empresários do campo.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Os latifúndios numa lógica econômica capitalista eram importantes para o governo, visto que a recente industrialização do país demandava grandes quantidades de mão de obra e também de consumidores de produtos industrializados nos centros urbanos. Neste sentido, as expropriações de trabalhadores do campo produziam tanto a mão de obra como também consumidores, como argumenta Ehlers, 1999, p. 40):

O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de industrialização e a Revolução Verde foram os responsáveis por desterritorializarem as famílias de agricultores que, no decurso histórico, obtiveram sua fonte de sobrevivência oriunda do cultivo em terras agrícolas, uma vez que o trabalho que exerciam no campo passou a ser realizado por máquinas. De acordo com o Senso Rural Seade (*apud* BOLSADI *et al.*, 2002, p.24):

O impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colhedora automotriz pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colhedora elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colhedora pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas.

Sob tal perspectiva, a desterritorialização pode ser considerada a espacialização de fenômenos sociais que envolvem o território e seus desdobramentos, tais como territorialidade e territorialização. No que tange aos movimentos sociais do campo, novas territorialidades são promovidas por meio da formação de assentamentos rurais. Neste sentido, “a desterritorialização num lugar significa reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2003, p. 24).

O processo de reterritorialização de acordo com Haesbaert é compreendido “como o movimento de construção do território”, todavia, nem sempre essa construção é um processo fácil, posto que envolve adaptações às novas formas de



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

vida, principalmente quando se tratam de movimentos de saída do campo em direção as áreas urbanas.

Um ator ou grupo quando desterritorializa outro, usando para tanto certas estratégias, imprime concomitantemente uma reterritorialização para si mesmo, enquanto que o outro perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de suas práticas sociais (HAESBAERT, 2004 p. 12).

Neste sentido, pode-se conjecturar que os assentamentos rurais formados por meio de ocupações e resistência são resultantes da falta da realização de reforma agrária no país e também dos conflitos provenientes entre o campesinato, o agronegócio e o latifúndio que, no decurso histórico, tem travado uma verdadeira batalha pelas terras agrícolas brasileiras. “Campesinato, latifúndio e agronegócio são diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que se territorializam e são desterritorializados na disputa permanente pelo controle territorial” (ROCHA, 2010, p. 02). Esses conflitos resultam tanto na territorialização como na desterritorialização dos elementos conflitantes. “A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa” (FERNANDES, 2000, p. 281).

Pequenos e médios produtores agrícolas são diretamente afetados pela lógica de produção no campo implantada no Brasil, pois ela, enquanto sistema econômico, privilegia a formação de latifúndios ao passo que exclui economicamente e socioespacialmente famílias inteiras de agricultores. Os latifúndios representam uma problemática para a agricultura familiar brasileira, pois as terras cultiváveis do país estão concentradas, enquanto o trabalhador do campo, assim com o pequeno e médio agricultor, se torna refém de tal situação. Uma das formas de enfrentamento ou de resistência a essa lógica econômica encontrada por parte dos trabalhadores rurais se dá por meio da formação de assentamentos rurais.

Algumas importantes mudanças no que tange à luta pela terra tiveram o seu marco na década de 1990. Em alguns países subdesenvolvidos, tais como o México e o Brasil, dois importantes movimentos sociais do campo, o Zapatismo no México e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, passaram a prefigurar no cenário político. “[...] esses movimentos sociais trazem ao debate



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

questões teóricas e políticas profundas que, para serem entendidas, exigem a compreensão da nova configuração, inclusive geográfica, das lutas de classes no mundo atual” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 01).

De acordo com Porto-Gonçalves, o MST é um movimento social que teve o seu nascimento em janeiro de 1984 e que, desde então, desempenha importante papel no que diz respeito às lutas sociais do campo brasileiro. Segundo Fernandes (2001), essas lutas tiveram início, ainda durante o regime militar, pois nesse período foram introduzidas técnicas agrícolas modernas a fim de que por meio dessa lógica agroindustrial a agricultura familiar fosse vista como uma realidade desvantajosa. “Nesse sentido, compreende-se que a presença de trabalhadores sem terra resulta da modernização conservadora e sua revolução verde” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 02).

O MST não é atualmente o único movimento social do campo no Brasil, deve-se, pois, ressaltar que a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, dos peões contra a peonagem, dos quilombolas, caiçaras e dos posseiros circunscrevem-se em lutas pelo acesso à terra. No entanto, é possível afirmar que o MST se desponta como o principal movimento, o de constituição mais sólida e de caráter nacional. Uma das formas de atuação do MST se dá por meio das ocupações, visto que “essa ação e sua reprodução materializam a existência do movimento” (FERNANDES, 2001, p. 19). A área ocupada torna-se um espaço de luta e sobrevivência para os Sem Terra, tratando-se de uma maneira de impelir ao governo que realize políticas de assentamentos rurais, como política de reparação até que se efetive a reforma agrária no país. Sob a perspectiva de Porto-Gonçalves os acampamentos do MST têm assumido a “mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos por meio de cooperativas e escolas” (2005, p. 05).

De acordo com Fernandes (2000), o fato do Brasil não ter realizado a reforma agrária ao longo de sua história faz com que as ocupações sejam uma solução para o acesso à terra. Trata-se de uma intervenção por parte dos trabalhadores do campo no processo sociopolítico nacional, mas que, por vezes, é vista de maneira



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

discriminatória por parte da sociedade que desconhece a real intenção da luta. Acreditamos, assim como Fernandes, que “Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam” (p. 281) e desconsiderar a heterogeneidade estrutural existente no campo brasileiro.

Todavia, quando se aborda a questão de assentamentos rurais, deve-se evidenciar que eles podem ser formados de maneiras distintas e nesta pesquisa são apresentadas duas possibilidades para sua formação, sendo que a primeira delas se dá por meio da ocupação de terras propícias ao desenvolvimento da agricultura, mas que, no entanto, não estão sendo cultivadas ou são subaproveitadas. Após se estabelecerem nessas terras as famílias assentadas passam a cultivá-la para obtenção de seu próprio sustento e a reivindicar o uso social da terra ocupada. Esse tipo de assentamento é denominado de assentamento de reforma agrária (RA) e prioriza o cultivo de maneira agroecológica.

A segunda maneira pela qual um assentamento pode ser formado está atrelada à política de crédito fundiário, ou seja, as terras improdutivas ou subaproveitadas são adquiridas por meio de operações imobiliárias e são denominadas de assentamentos de reforma agrária de mercado (RAM). Segundo Rocha (2010), a principal diferença existente entre os dois tipos de assentamentos rurais se dá pela forma de luta pela aquisição da terra.

Os assentamentos de RA têm origem através dos processos de desapropriação, adjudicação, arrecadação, cessão, confisco, discriminação, doação, reversão de transferência, regularização e incorporação de terras para fins de reforma agrária, de acordo com a Constituição. Os assentamentos RAM fazem parte de uma política de crédito fundiário em que as terras são adquiridas por meio de operações imobiliárias. Esse modelo de reforma agrária tem como base as diretrizes agrárias do Banco Mundial que visa garantir a propriedade privada no campo por meio do fomento do mercado de terras (COCA, E.L.F; FERNANDES, B.M., 2008, p. 05)

Neste sentido, compreende-se que os assentamentos rurais são classificados de acordo com o projeto de sua origem, ou seja, no caso dos assentamentos rurais de reforma agrária sua tipologia está atrelada ao uso do território dos assentamentos, enquanto nos assentamentos rurais de mercado a tipologia está diretamente



relacionada à linha de financiamento que permitiu sua origem e/ou sua ideologização.

4 Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem como principal responsabilidade a de tornar possível que trabalhadores sem-terra adquiram lotes na zona rural, através de financiamentos, sendo esses recursos também utilizados na contratação de serviços que colaborem para que o agricultor desenvolva as atividades necessárias de maneira independente. Ademais, o programa também prevê o estímulo da participação de crianças e jovens na preservação da natureza, de modo que suas ações sejam sustentáveis e visem a preservação dos mananciais e dos solos, como forma de viabilizar a qualidade das terras assentadas para às gerações futuras.

O programa é uma alternativa a realização da reforma agrária no país e prevê, em termos jurídicos, consultorias sobre o trato do solo, culturas propícias, manejos, porém, nem sempre esses predicados são cumpridos pelo governo e seus agentes. Sendo assim, o trabalhador passa, então, a depender de fatores naturais para que a produção gere proventos que possibilitem o pagamento das parcelas referentes à aquisição da propriedade. Há por parte dos agricultores riscos iminentes de perda da terra adquirida caso as pendências não sejam quitadas – atrelado a isso, vislumbra-se o aumento do endividamento com bancos. Neste sentido, entende-se que o programa de certa maneira favorece o pequeno produtor rural, todavia, os bancos têm maiores possibilidades de obterem proventos, pois o governo dá mais segurança financeira a tais instituições do que propriamente aos agricultores.

Para ter acesso aos benefícios do PNCF, o trabalhador não pode ter cargos públicos, nem ser assentado, além de possuir entre 18 e 65 anos, com experiência de, no mínimo, 5 anos em atividades desenvolvidas na zona rural. O prazo para a quitação do financiamento é de até 25 anos e para que seja possível adquirir uma propriedade pelo programa devem-se priorizar as pequenas áreas, que não são passíveis de desapropriação para fins quaisquer.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

O Plano Nacional de Crédito Fundiário tem três principais linhas de financiamento divididas em outras categorias, que se diferenciam de acordo com as necessidades básicas dos trabalhadores. São elas:

1 - PNCF Social: destina-se às famílias que são cadastradas no CadÚnico, na área da Sudene. Os contratos são essencialmente feitos de maneira individual, porém se o agricultor quiser pode fazer associações. Para se enquadrar nesta linha, a renda anual do trabalhador deve ser de até 20 mil reais, além de possuir bens patrimoniais avaliados em até 40 mil reais;

1.1 - PNCF Social/SIC: reservado prioritariamente para os investimentos feitos através de associações. O valor disponibilizado pelo Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC) é de 20 mil reais por família e pode variar até 25 mil reais, visto que há recursos que podem ser adicionados, como:

- Adicional de Mulher: destinado às associações de agricultores que possuem 100% de mulheres titulares;
- Adicional de Jovem: refere-se às associações que possuem 100% de jovens titulares;
- Adicional Ambiental: reservado para quando é preciso ser feita a recuperação de danos ambientais, a correção de fertilidade dos solos, o reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) e das reservas legais, assim como a introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos;

1.2 - PNCF Social/SIB: é feito principalmente de maneira individual e os recursos são disponibilizados ao trabalhador rural através do Subprojeto de Investimento Básico (SIB), sendo esses reembolsáveis. O financiamento pode ser feito também em conjunto com o Subprojeto Aquisição de Terra (SAT);

2 - PNCF Mais: é destinado aos agricultores que não possuem lotes de terras ou, então, que possuem poucas propriedades, por exemplo, meeiros, diaristas, entre outros, que não se encaixam nas áreas da Sudene. O capital cedido pode ser empregado na compra de terras (SAT) e também para investimentos básicos necessários (SIB) que vão colaborar para a perfeita organização da propriedade. O trabalhador, para se encaixar em tal linha de financiamento, precisa ter uma renda



anual de até 40 mil reais, além de possuir um patrimônio de até 80 mil reais;

3 - PNCF Empreendedor: refere-se às normatizações que serão definidas pelo administrador financeiro responsável pela operacionalização do processo. Esse tipo de financiamento é sujeito a correr risco bancário.

5 Formação do Assentamento Rural Padre Jésus

O assentamento rural Padre Jésus está localizado na região da Zona da Mata Mineira, mais precisamente no município de Espera Feliz, que ocupa um ponto geograficamente privilegiado em relação à sua localização, pois está no eixo entre três grandes capitais: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, e por apresentar características físicas favoráveis para o cultivo de inúmeras culturas. Em outras palavras, a região rural de Espera Feliz configura-se como um espaço de interesse aos agricultores da região, sejam pequenos, médios ou grandes proprietários.

Figura 1. Mapa de localização do Assentamento Padre Jésus.



Fonte: VILLAR, 2014.

A partir de tal entendimento, retorna-se a atenção do leitor para o processo de formação do assentamento Rural Padre Jésus que, de acordo com os entrevistados, foi um longo percurso e que teve como um de seus principais



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

incentivadores a figura do Padre Jésus – o assentamento foi batizado com seu nome como uma forma de homenageá-lo – que durante as missas apregoava sobre a importância da luta pela terra a fim de se libertar da exploração imposta pelo sistema vigente e também de libertar a terra de usos intensivos e despreocupado em relação ao uso insustentável e a forte presença de agroquímicos. Foi possível notar, ao longo dos trabalhos de campo, que o líder eclesiástico assumiu um papel de suma importância nessa conquista, pois foi o responsável por transmitir tal mensagem em diversas capelas situadas nas áreas rurais de Espera Feliz, frequentadas por trabalhadores rurais e suas respectivas famílias, desejosos da conquista de sua porção de terra e da possibilidade de assumir a autonomia de sua produção.

De acordo com entrevista realizada no Assentamento, no dia 26 de outubro de 2018, Fernanda Estevão contou que a ideia de formação de um assentamento consubstanciado em ideias de reforma agrária era um sonho, todavia parecia ser uma ação inviável na região. Porém, após anos de conversas e influências externas (como a do Padre Jésus e de representantes do MST e da Pastoral da Terra), este cenário encontrou novos rumos e possibilidades. Os agricultores buscaram se informar sobre o que era a Reforma Agrária e suas formas de ação, foi preciso desmistificar aspectos negativos perpetuados pela população, em relação ao MST e soluções para que a aquisição da terra não fosse apenas um sonho. A questão começou a ser discutida no Sindicato Rural de Espera Feliz no ano de 1995 e, *a priori*, partiria do princípio de compra solidária de terra; a ideia inicial era formar grupos entre 15 e 20 famílias e, por meio da contribuição destes, cada ano adquirir um terreno por família, paulatinamente, até que todas as famílias envolvidas fossem contempladas (ver foto 1).

Foto 1. Primeira reunião entre os agricultores (as) da região



Fonte: VILLAR, 2014.

Além da compra solidária, outras propostas foram sugeridas aos agricultores, alternativas como, por exemplo, o Programa Nacional Cédula da Terra, que foi executado ao longo do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, de acordo com o entrevistado Joselino Anacleto “o programa não emplacou bem e, por isso, mudaram seu nome para Banco da Terra” (entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2018, às 16:30h). Acredita-se que os pequenos produtores não tenham sido contemplados em relação às suas particularidades e, apesar da mudança de nomenclatura, que visava “melhorar” a visibilidade do governo para com os pequenos agricultores, os problemas continuaram. Ainda de acordo com o nosso entrevistado, Joselino, os recursos do Programa Banco da terra eram administrados pelas prefeituras municipais, essas, por sua vez, montavam projetos produtivos, ou seja, discutiam o que a família contemplada com a terra deveria produzir. Muitos desses projetos não estavam de acordo com a realidade cultural das famílias do local “para você ter um exemplo em Pedra Dourada, o projeto produtivo foi a plantação de maracujá e a criação de cabra, numa realidade em que o povo produz café e banana” (27 de outubro de 2018).

O entrevistado relata que os produtores não tinham autonomia sobre os projetos produtivos, e que as EMATER's² dos municípios eram responsáveis pela “escolha” da produção a ser cultivada e que a prefeitura, de certa maneira, também



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

incidia nessas questões, tendo em vista que as empresas administradas pelo governo são lidas como “intenções da prefeitura”. Para ratificar tal afirmação, destaca-se a entrevista do Sr. José Itamar Estevão, também contemplado com o assentamento, que explicitou sua opinião sobre tal momento: “Só trocou o patrão pela prefeitura, pois quem manda na propriedade privada é o patrão e quem mandava nos assentamentos eram as prefeituras” (09 de novembro de 2018). Sendo assim, quem quisesse adquirir uma propriedade rural, através do modelo do Programa Banco da Terra, deveria se submeter ao projeto produtivo elaborado pela EMATER local.

Devido a tais circunstâncias, muitas famílias que conseguiram adquirir propriedades acabaram se endividando e tendo que as vender, visto que o projeto produtivo quase sempre se mostrava inviável. Além disso, a concessão de terras e os contemplados eram definidos pela prefeitura municipal, sendo assim, muitas pessoas que já possuíam terras receberam novas posses. O entrevistado, Sr. José Itamar Estevão, relatou que não haviam pré-requisitos no que tange a escolha dos contemplados e, por isso, muitos moradores do meio urbano também conseguiram posses. Todavia, devido à falta de experiência no trato com a terra, de um grande número de contemplados, acabavam abandonando a empreitada.

A interpretação dos autores em relação aos depoimentos permitiu afirmar que o divisor de águas nesse processo de luta pela terra foi um congresso realizado na cidade mineira de Araponga, onde os agricultores de Espera Feliz conheceram o Programa de Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que “oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento”. O PNCF foi implantado no país a partir do ano de 2003 e funciona como uma política complementar à reforma agrária “o financiamento é realizado com recursos do fundo de terras e da Reforma Agrária e do orçamento da União e pode ser executado em todo o território nacional” (BRASIL, 2018).

De acordo com os entrevistados e o assentamento em questão, o programa se mostrou viável, porém burocrático e demorado no que se refere a liberação das terras aos agricultores. Fernanda Estevão conta que a propriedade é inspecionada



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

para saber se possui Áreas de Proteção Ambiental (APA) e reserva legal e, somente após o laudo técnico, as terras são liberadas. Nesse caso, o antigo proprietário das terras, onde hoje está situado o assentamento, demonstrou desinteresse em concretizar as negociações devido à demora na conclusão dos trâmites.

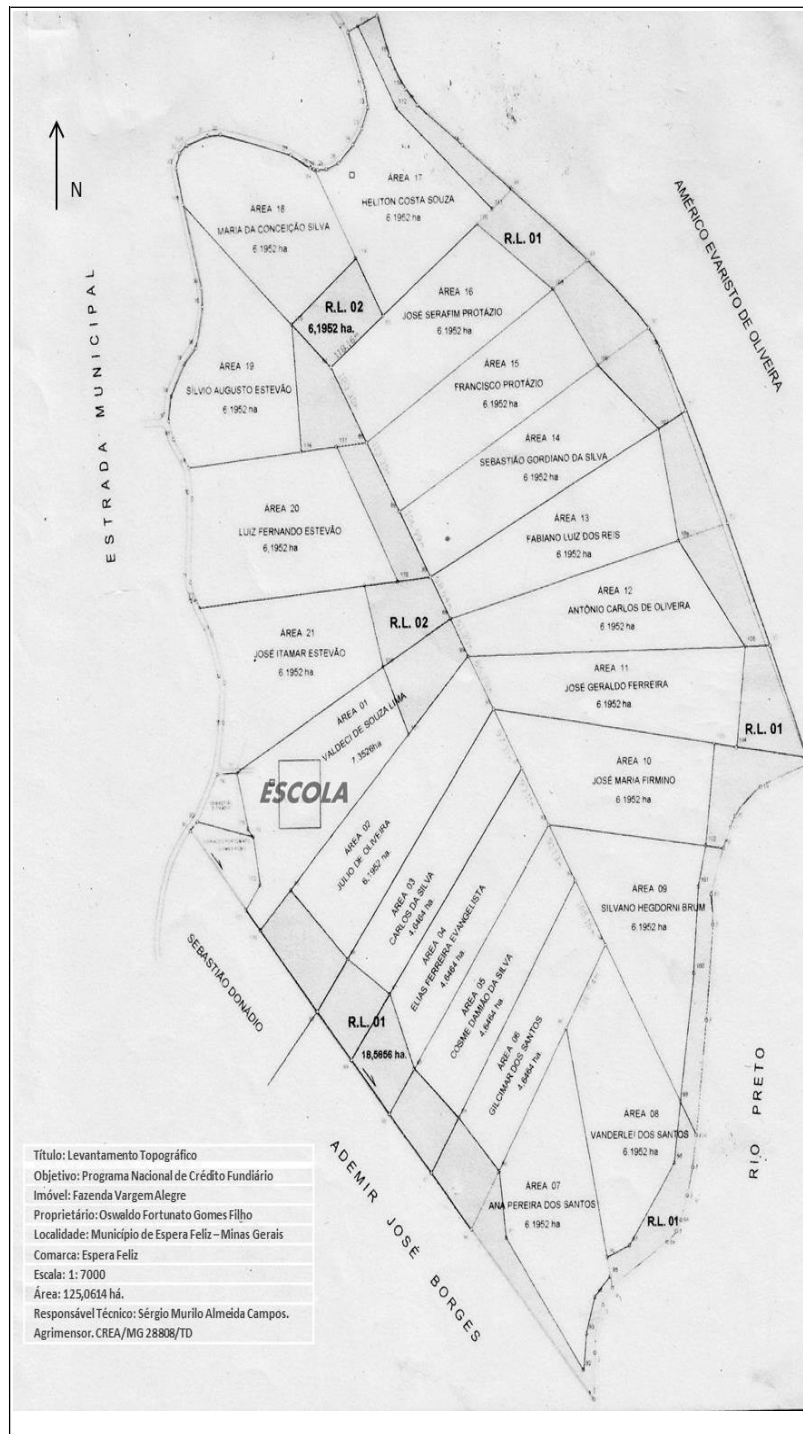
Apenas em 2010 as terras foram liberadas para os agricultores, contemplando 21 famílias em uma área de 40 alqueires de terra. Na divisão da propriedade, 3 agricultores ficaram com 1 alqueire e meio de terras e o restante com 2 alqueires (ver figura 2).



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Figura 2. Mapa da divisão das posses no assentamento Padre Jésus.



Fonte: VILLAR, 2014.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Inicialmente, o principal desafio enfrentado pelos assentados foi o de plantar as primeiras lavouras de café na localidade, que estava completamente tomada pela presença de braquiária, uma espécie de capim comumente presente na região. Em entrevista, Joselino Anacleto relatou que o combate a braquiária foi o único momento em que se utilizou no assentamento algum produto químico.

Optou-se pela produção cafeeira por este produto ser tradicionalmente cultivado na região e também pelo fato do clima e relevo serem propícios ao desenvolvimento da cafeicultura. Além disso, o café era o produto que traria para os agricultores maiores retornos financeiros em um curto período de tempo e isso era importante para eles, visto que tinham que pagar as parcelas inerentes a compra da propriedade. Por isso, alguns agricultores plantaram suas lavouras antes mesmo de construírem suas casas, enquanto outros fizeram de maneira concomitante.

Um dos fatores que contribuíram para que as famílias assentadas conseguissem se estabelecer nas terras recém-adquiridas se deu por meio de um recurso de financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o qual as famílias beneficiadas pelo PNCF têm o direito de solicitar. Foi com esse recurso que os assentados conseguiram realizar as primeiras intervenções na propriedade, para que o terreno fosse trabalhado e cultivado.

Boa parte do incentivo obtido junto ao Pronaf foi investida na formação das lavouras de café. Com o recurso, os produtores compraram as primeiras mudas da cultura, os insumos agrícolas e construíram as tulhas para o armazenamento da colheita. Contrataram-se, também, serviços de máquinas para realizar a preparação da área destinada ao plantio. Deve-se, pois, salientar que as verbas provenientes do Pronaf somente podem ser empregadas na produção agrícola, ou seja, não se podiam construir moradias com ela, sendo assim, as tulhas construídas por algumas famílias assentadas serviu-lhes durante algum tempo de moradia, como relatou o entrevistado Sr. José Itamar Estevão.

No assentamento Padre Jésus os agricultores vivem a partir da agricultura familiar que, segundo Wanderley (2003), é praticada principalmente por famílias detentoras dos meios de produção e que se valem precipuamente de sua própria



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

mão de obra no cultivo, como acontece no assentamento Padre Jésus, onde não há necessidade de contratação de mão de obra, visto que os agricultores realizam a troca de dias de serviços entre as famílias.

Ainda sob a perspectiva de Wanderley, evidencia-se que a compreensão de agricultura familiar pode ser polissêmica e, por vezes, confusa, mas, ao nosso ver, deve ser encarada a partir da definição operacional, respeitando as particularidades locais, bem como o tamanho de suas propriedades.

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2004, p.43-44).

Atualmente no Assentamento Padre Jésus, cada agricultor é responsável por definir o que será cultivado em sua propriedade e também o destino final do produto. Porém, os relatos evidenciam que o café prefigura como carro-chefe entre os produtos cultivados. Todavia, há diversidade de cultivos, tais como milho, feijão, tubérculos e hortaliças utilizados principalmente para a manutenção da família (ver foto 2).

De acordo com o entrevistado, Sr. José Itamar Estevão, (entrevista concedida em 09 de novembro de 2018), atualmente os assentados estudam a possibilidade de formar uma cooperativa para vender produtos cultivados no assentamento, sendo esta uma forma de levar a população local produtos de qualidade, produzidos a partir do sistema agroecológico.

Foto 2. Produção diversificada no assentamento Padre Jésus.



Fonte: VILLAR, 2014.

De maneira geral, prioriza-se o cultivo a partir do modelo agroecológico, uma vez que os agricultores do Padre Jésus priorizam a qualidade dos produtos cultivados em detrimento da quantidade, contrariando a lógica mercadológica oriunda do sistema capitalista. De acordo com Altieri (2004, p. 26):

A agroecologia tem como principais objetivos o desenvolvimento sustentável e restauração da saúde ecológica, porém, restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais.

Segundo os relatos do entrevistado José Itamar Estevão, a prática agroecológica só foi possível mediante ao acesso à terra, pois enquanto trabalhavam em propriedades de terceiros a lógica que lhes era imposta era a de cada vez fazer com que a terra produzisse mais.

Quero dizer também sobre essa tese do acesso a terra porque ela traz não só uma geração de trabalho e renda como autonomia das famílias, liberdade, não só de libertar as famílias, mas também a própria terra, porque a terra querendo ou não ela é escravizada quando as pessoas entram na terra elas querem que ela produza mais. Nós não queremos só isso nós queremos que ela produza, mas produza produtos de qualidade, produtos sem agrotóxicos e sem a gente ter a posse da terra como que você vai fazer



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.
isso? (JOSELENO ANACLETO, 27 de outubro 2018).

As famílias assentadas no Padre J3sus buscam perpetuar tais pr3ticas perpassando tal cultura e conhecimentos aos mais novos, al3m de promoverem o resgate cultural das popula33es do campo (ver fotos 3). Neste sentido, verifica-se que os agricultores mais antigos, ao se territorializarem no assentamento, est3o trabalhando para colocar em pr3tica uma vis3o de sociedade que lhes 3 pr3pria ao mesmo tempo em que as gera33es mais novas est3o construindo la3os identit3rios com a vida e cultura campesina.

Foto 3. Preparativos para a realiza33o da Festa de S3o Pedro.



Fonte: arquivos pessoais da fam3lia Estev3o, 2019.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Para tanto, festas e outras celebrações são organizadas como subterfúgio para estreitar os laços entre os assentados. Anualmente é comemorada a Festa de São Pedro, no dia 29 de junho, importante elemento cultural, visto que a festividade envolve as famílias para sua preparação e atrai pessoas da circunvizinhança, possibilitando que os mesmos tenham contato com a cultura das famílias assentadas, fazendo com que a festa passe a figurar no calendário local, ao passo que a tradição das famílias é mantida e admirada, tanto por aqueles que vivem na cidade, como pelas gerações mais novas de agricultores do Padre Jésus.

Vale ressaltar que a Festa de São Pedro era realizada pela família Estevão, que reside no assentamento. A devoção surgiu por meio de uma promessa feita e atendida pelo Santo. Atualmente, a festividade se estendeu a todas as pessoas que residem no Padre Jésus, mas como novo significado: comemora-se na festividade de São Pedro a união das famílias, ao mesmo tempo em que procuram promover o resgate cultural de músicas e comidas típicas locais. Os agricultores são os responsáveis pelo cultivo do milho branco utilizado na preparação da canjica, o amendoim também é cultivado no assentamento, o milho por meio do qual é feito a canjiquinha e o fubá para preparação de broa de milho. Ou seja, a festa de São Pedro também pode ser vista como uma comemoração da produção realizada no ano – a festa da colheita – muito comum em comunidades agrícolas e que compreendem a fartura como a garantia do alimento para as famílias que a compõem.

Considerações Finais

Objetivou-se nesta pesquisa investigar aspectos inerentes à melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais do assentamento Padre Jésus e como eles estão construindo a ideia de território, outrora inexistente, uma vez que os mesmos trabalharam durante boa parte de suas respectivas vidas em propriedades de terceiros. Constatou-se que a formação territorial só foi possível mediante as lutas sociais travadas no Sindicato Rural do município de Espera Feliz e o Programa de Crédito Fundiário, este de suma importância para aquisição da propriedade.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Para os agricultores o assentamento prefigura como substrato material, onde podem colocar em prática traços culturais que lhes são próprios ao mesmo tempo em que promovem o resgate cultural de seus antepassados, como observado na festa de São Pedro, inicialmente realizada pela devoção da família Estevão, mas ressignificadas de forma a abranger toda a comunidade.

No que tange as melhorias para as famílias de agricultores, foi possível observar, através das entrevistas de campo, que na propriedade haviam apenas três casas, em mau estado de conservação, além de muito mato por toda a propriedade que estava sem o trato devido para atividades agropastoris. Atualmente, residem trinta e cinco famílias que estão vivendo a partir da agricultura familiar e do cultivo agroecológico e que estão buscando por meio da formação de uma cooperativa levar qualidade de alimentos à mesa da população do município. Já se pôde notar na paisagem, e através dos diferentes relatos, que a qualidade de moradia, de vida e da produção gerada no assentamento tem promovido a melhoria na qualidade de renda e vida das famílias, além da retomada da autonomia de serem proprietários da terra e donos de seus projetos agrícolas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ALVES, Clovis Tadeu. *A revolução verde na mesorregião do RS (1930-1970)*. Universidade de Passo Fundo, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/como-funciona-o-pncf>> acesso em: 02 Jan. 2019.

BOLSADI, O. V.; BORIN, M. R.; SILVA, J. G. da; BELIK, W. *Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período de 1990 a 2000*. ACRIC. São Paulo, SP. 49 (1): 23 – 40, 2002.

COCA, E. L. F.; FERNADES, B. M.. A territorialização dos assentamentos de Reforma Agrária de Mercado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. In: IX Semana de Geografia e IV Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, 2008,



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

Presidente Prudente. IX Semana de Geografia e IV Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, 2008.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. História da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 02 Jan. 2019.

MEDEIROS, A. S. Antecedentes históricos da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST. In: XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE, 2013, São Paulo/SP. *Anais...* 2013.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo: Unesp, 2009. v. 2, p. 243-257.

NASCIMENTO, C. G. *Reflexões sobre Religião e Filosofia*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PALMEIRA, M. G. S. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n.7, p. 87-108, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Questão Agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocio_economica/Geografiaagraria/27.pdf>.



SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA

v.1 n.02 – Outubro 2019.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Sobre as políticas de implantação de assentamentos no Brasil. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo *DATA LUTA*: janeiro de 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. O Tempo, o Espaço e o Território. In: SOUZA, Álvaro José de et al. *Paisagem Território e Região: em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 103-114.

VILLAR, Juliana Padula. *Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz – MG*. Universidade Federal do Rio Grande – Instituto de Ciências Humanas e da Informação – graduação em Geografia, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.